

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	14.028.683,62	15.793.482,97	17.417.048,89	23.368.400,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	522.277,63	599.239,65	680.137,61	960.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	381.811,97	518.946,05	745.897,80	830.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	27.398,84	126.681,65	297.016,26	330.000,00
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Contribuições - R P P S	354.413,13	392.264,40	448.881,54	500.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	186.178,83	776.157,89	1.155.203,99	1.971.400,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	185.028,83	775.507,89	1.150.303,99	1.966.400,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	78.147,45	128.107,03	93.839,22	66.400,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	106.881,38	647.400,86	1.056.464,77	1.900.000,00
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	1.150,00	650,00	4.900,00	5.000,00
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA				
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL				
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	357.699,56	342.818,21	366.553,52	458.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.355.348,24	12.175.510,01	12.852.157,21	17.234.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.225.367,39	1.380.811,16	1.617.098,76	1.915.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	338.333,92	419.612,16	501.153,87	665.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	887.033,47	961.199,00	1.115.944,89	1.250.000,00
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	867.531,71	1.432.801,24	521.080,53	8.173.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO				
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	68.300,00	106.700,00	2.500,00	100.000,00
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	76.489,00	59.498,98	58.897,32	223.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	722.742,71	1.266.602,26	459.683,21	7.850.000,00
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS				
9.0.0.0.00.00.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.875.739,82	-2.030.939,45	-2.121.161,83	-2.781.400,00
	<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>13.020.475,51</b>	<b>15.195.344,76</b>	<b>15.816.967,59</b>	<b>28.760.000,00</b>

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016
		Liquidado	Liquidado	Liquidado	Reestimado
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.538.688,47	11.249.391,00	13.296.207,44	17.824.500,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.771.356,11	7.047.000,84	7.393.142,05	10.819.500,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	5.311.425,79	6.562.956,91	6.740.569,88	9.809.500,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	459.930,32	484.043,93	652.572,17	1.010.000,00
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.865,31	1.308,64	298,40	0,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	11.865,31	1.308,64	298,40	0,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS				
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.755.467,05	4.201.081,52	5.902.766,99	7.005.000,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.752.676,69	4.192.141,52	5.894.119,87	6.965.000,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	2.790,36	8.940,00	8.647,12	40.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.140.057,77	823.286,32	455.625,53	9.875.500,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.890.596,75	695.125,03	411.276,04	9.671.500,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.890.596,75	695.125,03	411.276,04	9.671.500,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS				
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	46.797,30	48.650,77	41.240,00	204.000,00
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	46.797,30	48.650,77	41.240,00	204.000,00
4.5.90.99.00.00.00	Outras inversões Financeiras				
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	202.663,72	79.510,52	3.109,49	0,00
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				-1.540.000,00
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS				2.600.000,00
	<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>11.678.746,24</b>	<b>12.072.677,32</b>	<b>13.751.832,97</b>	<b>28.760.000,00</b>
	<b>PREVISÕES DA LEI DE ORÇAMENTO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
	Receita Prevista (já deduzido o FUNDEB)	24.457.000,00	27.917.000,00	27.881.600,00	25.978.600,00
	Rendimento de Aplicações Financeiras	131.000,00	40.000,00	198.400,00	66.400,00
	Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Alienação de Bens	50.000,00	50.000,00	250.000,00	100.000,00
	Receita de Amort.de Empréstimos Concedidos	299.000,00	299.000,00	290.000,00	223.000,00
	Despesa Fixada (cfe lei de orçamento)	24.457.000,00	27.917.000,00	27.881.600,00	25.978.600,00
	Juros e Encargos da Dívida	16.000,00	14.000,00	1.000,00	0,00
	Amortização da Dívida	77.000,00	105.000,00	0,00	0,00
	Concessão de Empréstimos	328.000,00	293.000,00	260.000,00	204.000,00

*Handwritten signatures and initials.*

Município de : SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017  
 TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada	3.056,55	-	-	-	-	-
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	389.986,22	957.545,31	1.029.755,58	792.429,04	926.576,64	916.253,75
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	(792.429,04)	(926.576,64)	(916.253,75)
(4) Passivos Reconhecidos						
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	-	(792.429,04)	(926.576,64)	(916.253,75)
(6) Resultado Nominal		-	-	(792.429,04)	(134.147,61)	10.322,89

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
2.2 Encargos	1.308,64	298,40	-	-	-	-
2.3 Amortizações	79.510,52	3.109,49	-	-	-	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

**Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:**

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

**Dívida Consolidada Líquida – DCL** – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

**Resultado Nominal** – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de : SAO SAO PEDRO DO BUTIA - RS

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - LDO PARA 2017

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA	ARRECADADA	ARRECADADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	14.028.683,62	15.793.482,97	17.417.048,89	23.368.400,00	26.788.199,05	31.526.697,55	38.465.551,50
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	522.277,63	599.239,65	680.137,61	960.000,00	1.194.543,81	1.532.640,91	2.039.608,82
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	381.811,97	518.946,05	745.897,80	830.000,00	924.813,21	977.398,33	1.032.067,61
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	27.398,84	126.681,65	297.016,26	330.000,00	351.037,21	375.679,44	402.188,27
1.2.0.0.00.00.00.00	Receita de Contribuições - R P P S	354.413,13	392.264,40	448.881,54	500.000,00	573.776,00	601.718,89	629.879,34
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	186.178,83	776.157,89	1.155.203,99	1.971.400,00	2.075.544,67	2.176.738,04	2.278.744,63
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	185.028,83	775.507,89	1.150.903,99	1.966.400,00	2.070.225,92	2.171.045,92	2.272.650,87
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	78.147,45	128.107,03	93.839,22	66.400,00	69.905,92	73.310,34	76.741,26
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	106.881,38	647.400,86	1.056.464,77	1.900.000,00	2.000.320,00	2.097.735,58	2.195.909,61
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	1.150,00	650,00	4.900,00	5.000,00	5.318,75	5.692,11	6.093,76
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	367.699,56	342.818,21	366.553,52	458.000,00	487.197,10	521.397,53	558.188,57
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.355.348,24	12.175.510,01	12.852.157,21	17.234.000,00	20.069.020,71	24.138.443,55	30.223.031,14
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.225.367,39	1.380.811,16	1.617.098,76	1.915.000,00	2.037.079,56	2.180.079,19	2.333.910,72
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	338.333,92	419.612,16	501.153,87	665.000,00	707.393,16	757.051,00	810.470,30
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	887.033,47	961.199,00	1.115.944,89	1.250.000,00	1.329.686,40	1.423.028,19	1.523.440,42
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	867.531,71	1.432.801,24	521.080,53	8.173.000,00	8.694.021,56	9.304.327,53	9.960.862,83
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	-	-	-	-	-	-	-
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	68.300,00	106.700,00	2.500,00	100.000,00	106.374,91	113.842,26	121.875,23
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	76.489,00	59.498,98	58.897,32	223.000,00	237.216,05	253.868,23	271.781,77
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	722.742,71	1.266.602,26	459.683,21	7.850.000,00	8.350.430,59	8.936.617,04	9.567.205,83
2.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
7.00.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(1.875.739,82)	(2.030.939,45)	(2.121.161,83)	(2.781.400,00)	(2.958.711,80)	(3.166.408,49)	(3.389.837,74)
	<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>13.020.475,51</b>	<b>15.195.344,76</b>	<b>15.816.967,59</b>	<b>28.760.000,00</b>	<b>32.523.508,81</b>	<b>37.664.616,58</b>	<b>45.036.576,59</b>

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADA	REALIZADA	REALIZADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
3.0.0.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.538.688,47	11.249.391,00	13.296.207,44	17.824.500,00	22.691.353,30	27.527.758,24	33.946.107,66
3.1.0.0.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.771.356,11	7.047.000,84	7.393.142,05	10.819.500,00	14.023.803,42	16.476.328,50	20.345.483,79
3.1.0.0.00.00.00.00	Pessoal Próprio	5.311.425,79	6.562.956,91	6.740.569,88	9.809.500,00	12.714.681,79	14.938.263,73	18.446.233,49
3.1.0.0.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	459.930,32	484.043,93	652.572,17	1.010.000,00	1.309.121,63	1.538.064,77	1.899.250,30
3.2.0.0.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.865,31	1.308,64	298,40	-	-	-	-
3.2.0.0.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	11.865,31	1.308,64	298,40	-	-	-	-
3.2.0.0.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.0.0.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.755.467,05	4.201.081,52	5.902.766,99	7.005.000,00	8.667.549,88	11.051.429,74	13.600.623,88
3.3.0.0.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.752.676,69	4.192.141,52	5.894.119,87	6.965.000,00	8.618.056,37	10.988.323,79	13.522.961,50
3.3.0.0.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	2.790,36	8.940,00	8.647,12	40.000,00	49.493,50	63.105,95	77.662,38
4.0.0.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.140.057,77	823.286,32	455.625,53	9.875.500,00	10.399.160,02	10.910.264,36	11.426.383,26
4.4.0.0.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.890.596,75	695.125,03	411.276,04	9.671.500,00	10.182.155,20	10.678.026,16	11.177.757,78
4.4.0.0.00.00.00.00	Investimentos	1.890.596,75	695.125,03	411.276,04	9.671.500,00	10.182.155,20	10.678.026,16	11.177.757,78
4.4.0.0.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.0.0.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	46.797,30	48.650,77	41.240,00	204.000,00	217.004,82	232.238,20	248.625,48
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	46.797,30	48.650,77	41.240,00	204.000,00	217.004,82	232.238,20	248.625,48
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
4.6.0.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	202.663,72	79.510,52	3.109,49	-	-	-	-
99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	(1.540.000,00)	(3.112.171,78)	(3.294.717,96)	(2.708.231,02)
99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	2.600.000,00	2.545.167,27	2.521.311,94	2.372.316,69
	<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>11.678.746,24</b>	<b>12.072.677,32</b>	<b>13.751.832,97</b>	<b>28.760.000,00</b>	<b>32.523.508,81</b>	<b>37.664.616,58</b>	<b>45.036.576,59</b>

Município de : SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Execício	2014	2015	2016	2017	2018	2019
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	6,40%	10,67%	8,44%	5,28%	4,87%	4,68%
VARIAÇÃO DO PIB	0,10%	-3,80%	-3,35%	1,04%	2,05%	2,27%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	15,70%	-5,76%	28,91%	12,95%	12,03%	17,96%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	5,37%	33,64%	13,58%	17,53%	21,58%	17,56%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	8,24%	6,63%	36,06%	16,97%	19,89%	24,31%
CRESC.REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	0,72%	-1,31%	29,00%	9,47%	12,39%	16,95%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL	0,00%	0,00%	9,00%	9,00%	0,00%	0,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-69,73%	-47,70%	2246,49%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	11,70%	14,25%	14,05%	11,76%	10,78%	10,35%
PIB / RS (em R\$ milhões)	360.496	392.248	380.449	450.965	493.197	537.405

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF.ARREC. .TRIBUT.	CRESC. REC.TRANS FERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P M	X	X				
Receita de Contribuições - R P P S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - PM	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X					
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Receitas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P M	X					
Outras Receitas Correntes - R P P S	X					
Operações de Crédito						
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X					
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X				X	
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEIOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC. INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	x		X		
Pessoal do R P P S	X	x		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					x
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Investimentos	X				X	
Investimentos RPPS	X				x	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					x

*Handwritten signatures and initials.*

Município de : SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO I - METAS FISCAIS  
 DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO  
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF,  
 art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
<b>Receita Total</b>	<b>32.523.509</b>	<b>30.892.391</b>	<b>0,007%</b>	<b>37.664.617</b>	<b>34.114.295</b>	<b>0,008%</b>	<b>45.036.577</b>	<b>38.967.677</b>	<b>0,008%</b>
Receitas Primárias (I)	30.109.692	28.599.631	0,007%	35.125.860	31.814.846	0,007%	42.370.269	36.660.667	0,008%
Despesa Total	32.523.509	30.892.391	0,007%	37.664.617	34.114.295	0,008%	45.036.577	38.967.677	0,008%
Despesas Primárias (II)	32.306.504	30.686.269	0,007%	37.432.378	33.903.948	0,008%	44.787.951	38.752.555	0,008%
Resultado Primário (I - II)	(2.196.812)	(2.086.638)	0,000%	(2.306.518)	(2.089.102)	0,000%	(2.417.682)	(2.091.888)	0,000%
Resultado Nominal	(792.429)	(752.687)	0,000%	(134.148)	(121.503)	0,000%	10.323	8.932	0,000%
Dívida Pública Consolidada	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	(792.429)	(752.687)	0,000%	(926.577)	(839.236)	0,000%	(916.254)	(792.784)	0,000%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	-	-	0,000%	-	-	0,000%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hh:mm>

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, as Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF. Para o melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

**Premissas e Metodologia Utilizadas:**

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2013, 2014 e 2015) e os valores reestimados para o exercício atual (2016), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precupamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,04%, 2,05% e 2,27% e das taxas de inflação (IPCA), de 5,41%, 4,87% e 4,68%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 01/07/2016.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou-se a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 553/2014 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2017. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2017, 2018 e 2019, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 11,76%, 10,78% e 10,35%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 01/07/2016.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2016, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
  - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2017, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 32.523.509,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 2.000.000,00), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Aliações de Bens (R\$ 100.000,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 250.000,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 30.109.692,00.
  - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 32.352.509,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 0,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 217.000,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 0,00, tem-se que as despesas primárias para 2017 foram previstas em R\$ 32.306.504,00.
  - 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2017 que foi inicialmente prevista em R\$ -2.196.812,00 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.

Município de : SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO I - METAS FISCAIS  
 DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	3.903.782	3.708.000	0,001%	4.122.483	3.733.892	0,001%	4.349.229	3.763.149	0,001%
Receitas Primárias RPPS (I)	1.903.462	1.808.000	0,000%	2.024.747	1.833.892	0,000%	2.153.320	1.863.149	0,000%
Despesa Total RPPS	3.903.782	3.708.000	0,001%	4.122.483	3.733.892	0,001%	4.349.229	3.763.149	0,001%
Despesas Primárias RPPS (II)	3.903.782	3.708.000	0,001%	4.122.483	3.733.892	0,001%	4.349.229	3.763.149	0,001%
Resultado Primário RPPS (I – II)	(2.000.320)	(1.900.000)	0,000%	(2.097.736)	(1.900.000)	0,000%	(2.195.910)	(1.900.000)	0,000%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO I - METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)**  
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I  
 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	28.619.726	27.184.391	0,006%	33.542.134	30.380.404	0,007%	40.687.347	35.204.527	0,008%
Receitas Primárias (I)	28.206.230	26.791.631	0,006%	33.101.113	29.980.954	0,007%	40.216.949	34.797.517	0,007%
Despesa Total	28.619.726	27.184.391	0,006%	33.542.134	30.380.404	0,007%	40.687.347	35.204.527	0,008%
Despesas Primárias (II)	28.402.722	26.978.269	0,006%	33.309.896	30.170.057	0,007%	40.438.722	34.989.405	0,008%
Resultado Primário (I - II)	(196.492)	(186.638)	0,000%	(206.783)	(189.102)	0,000%	(221.773)	(191.888)	0,000%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de : SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	27.881.600	0,007%	15.816.968	0,004%	(12.064.632)	-43,27%
Receita Primárias (I)	27.143.200	0,007%	14.605.266	0,004%	(12.537.934)	-46,19%
Despesa Total	27.881.600	0,007%	13.751.833	0,004%	(14.129.767)	-50,68%
Despesa Primárias (II)	27.620.600	0,007%	13.707.185	0,003%	(13.913.415)	-50,37%
Resultado Primário (I-II)	(477.400)	0,000%	898.081	0,000%	1.375.481	-288,12%
Resultado Nominal		0,000%	-	0,000%	-	-
Dívida Pública Consolidada		0,000%	-	0,000%	-	-
Dívida Consolidada Líquida		0,000%	-	0,000%	-	-

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2015), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2015 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ 14.605.266,00, valor 0,007% inferior à meta estabelecida, que era de R\$ 27.143.200,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) não foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ \_\_\_\_\_, << superando / frustrando >> em \_\_\_\_\_% a projeção para o período de R\$ \_\_\_\_\_. As despesas não financeiras atingiram R\$ \_\_\_\_\_, estabelecendo-se \_\_\_\_\_% << acima / abaixo >> da previsão orçamentária. Não obstante a sua << expansão / retração >>, corresponderam a \_\_\_\_\_% do total das receitas primárias << comprometendo / não comprometendo >>, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho << favorável / desfavorável >> apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um << incremento / déficit >> de \_\_\_\_\_% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2015 a performance dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes, que << superaram / frustraram >> a expectativa, respectivamente, em \_\_\_\_\_%, \_\_\_\_\_% e \_\_\_\_\_.

A dívida consolidada totalizou R\$ \_\_\_\_\_, valor \_\_\_\_\_% << inferior / superior >> ao saldo de R\$ \_\_\_\_\_ estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do << aumento / diminuição >> dos desembolsos da amortização da dívida que totalizou em 2015 R\$ \_\_\_\_\_, valor \_\_\_\_\_% << maior / menor >> que a projeção consignada na Lei do Orçamento de R\$ \_\_\_\_\_.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2015, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ \_\_\_\_\_. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ \_\_\_\_\_, que, comparado com o montante apurado ao final de 2014, apresentou um resultado nominal de R\$ \_\_\_\_\_, que ficou << acima / abaixo >> da previsão inicial da LDO, que era de R\$ \_\_\_\_\_.



Município de : SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
EXERCÍCIO DE 2017

AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2014	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %
Receita Total	27.917.000	27.881.600	-0,13%	25.978.600	-6,83%	32.523.509	25,19%	37.664.617	15,81%	45.036.577	19,57%
Receitas Primárias (I)	27.528.000	27.143.200	-1,40%	25.589.200	-5,73%	30.109.692	17,67%	35.125.860	16,66%	42.370.269	20,62%
Despesa Total	27.917.000	27.881.600	-0,13%	25.978.600	-6,83%	32.523.509	25,19%	37.664.617	15,81%	45.036.577	19,57%
Despesas Primárias (II)	27.505.000	27.620.600	0,42%	25.774.600	-6,68%	32.306.504	25,34%	37.432.378	15,87%	44.787.951	19,65%
Resultado Primário (I – II)	23.000	(477.400)	-2175,65%	(185.400)	-61,16%	(2.196.812)	1084,90%	(2.306.518)	4,99%	(2.417.682)	4,82%
Resultado Nominal	-	-	0	-	0	(792.429)	0	(134.148)	-83,07%	10.323	-107,70%
Dívida Pública Consolidada	-	-	0	-	0	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	-	0	(792.429)	0	(926.577)	16,93%	(916.254)	-1,11%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2014	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %
Receita Total	33.503.345	30.234.807	-9,76%	25.978.600	-14,08%	30.892.391	18,91%	34.114.295	10,43%	38.967.677	14,23%
Receitas Primárias (I)	33.036.504	29.434.086	-10,90%	25.589.200	-13,06%	28.599.631	11,76%	31.814.846	11,24%	36.660.667	15,23%
Despesa Total	33.503.345	30.234.807	-9,76%	25.978.600	-14,08%	30.892.391	18,91%	34.114.295	10,43%	38.967.677	14,23%
Despesas Primárias (II)	33.008.901	29.951.779	-9,26%	25.774.600	-13,95%	30.686.269	19,06%	33.903.948	10,49%	38.752.555	14,30%
Resultado Primário (I – II)	27.602	(517.693)	-1975,53%	(185.400)	-64,19%	(2.086.638)	1025,48%	(2.089.102)	0,12%	(2.091.888)	0,13%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	(752.687)	-	(121.503)	-83,86%	8.932	-107,35%
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	(752.687)	-	(839.236)	11,50%	(792.784)	-5,54%

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2017), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2014, 2015 e 2016), bem como para os três seguintes (2017, 2018 e 2019), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2014, 2015 e 2016 foram extraídos das respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	9.756.598,57	100,20%	6.297.642,02	64,55%	6.297.642,02	71,04%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	(19.426,91)	-0,20%	3.458.956,55	35,45%	2.567.374,29	28,96%
<b>TOTAL</b>	<b>9.737.171,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>9.756.598,57</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.865.016,31</b>	<b>100,00%</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	(7.239.833,01)	143,62%	(8.168.609,92)	112,83%	(8.168.609,92)	155,82%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	2.198.832,79	-43,62%	928.776,91	-12,83%	2.926.294,20	-55,82%
<b>TOTAL</b>	<b>(5.041.000,22)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(7.239.833,01)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(5.242.315,72)</b>	<b>100,00%</b>

CONSOLIDAÇÃO GERAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	2.516.765,56	53,59%	(1.870.967,90)	-74,34%	(1.870.967,90)	-51,65%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	2.179.405,88	46,41%	4.387.733,46	174,34%	5.493.668,49	151,65%
<b>TOTAL</b>	<b>4.696.171,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.516.765,56</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.622.700,59</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2013, 2014 e 2015), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 794/2010, está sobre a gestão do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor - FAPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2013 a 2015, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 3.622.700,59 em 31.12.2013 para R\$ 4.696.171,44 em 31.12.2015.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2015 com superávit, cujo principal fator foi resultado obtido nas aplicações financeiras do RPPS.

Município de : SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO I - METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
 EXERCÍCIO DE 2017**

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2015	2014	2013
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2013			
RECEITAS DE CAPITAL	2.500,00	106.700,00	68.300,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	2.500,00	106.700,00	68.300,00
Alienação de Bens Móveis	2.500,00	106.700,00	68.300,00
Alienação de Bens Imóveis			
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens			
TOTAL	2.500,00	106.700,00	68.300,00
DESPESAS EXECUTADAS	2015	2014	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	84.359,15	16.920,62	68.300,00
Investimentos	39.619,15		
Inversões Financeiras	44.740,00	16.920,62	68.300,00
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	84.359,15	16.920,62	68.300,00
SALDO FINANCEIRO			
	7.920,23	89.779,38	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2013, 2014 e 2015).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

## Município de : SAO PEDRO DO BUÍIA - RS

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>RECEITAS</u>	2013	2014	2015
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>540.073,42</b>	<b>1.063.840,32</b>	<b>1.508.907,45</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>540.073,42</b>	<b>1.063.840,32</b>	<b>1.508.907,45</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	354.413,13	392.264,40	448.881,54
Pessoal Civil	354.413,13	392.264,40	448.881,54
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	106.881,38	647.400,86	1.056.464,77
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	78.778,91	24.175,06	3.561,14
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Outras Receitas Correntes	78.778,91	24.175,06	3.561,14
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>808.254,56</b>	<b>937.023,94</b>	<b>1.112.383,75</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>808.254,56</b>	<b>937.023,94</b>	<b>1.112.383,75</b>
Receita de Contribuições	808.254,56	937.023,94	1.112.383,75
Patronal	361.274,28	413.410,97	479.746,16
Pessoal Civil	361.274,28	413.410,97	479.746,16
Pessoal Militar	-	-	-
Cobertura de Déficit Atuarial	446.980,28	523.612,97	632.637,59
Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>1.348.327,98</b>	<b>2.000.864,26</b>	<b>2.621.291,20</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)</b>	<b>462.480,56</b>	<b>484.043,93</b>	<b>652.572,17</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>9.465,24</b>	<b>8.080,00</b>	<b>9.070,00</b>
Despesas Correntes	9.465,24	8.080,00	9.070,00
Despesas de Capital	-	-	-
<b>PREVIDÊNCIA</b>	<b>453.015,32</b>	<b>475.963,93</b>	<b>643.502,17</b>
Pessoal Civil	398.522,74	444.063,66	627.111,38
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	54.492,58	31.900,27	16.390,79
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	54.492,58	31.900,27	16.390,79
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)</b>	<b>-</b>	<b>9.440,00</b>	<b>9.147,12</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>-</b>	<b>9.440,00</b>	<b>9.147,12</b>
Despesas Correntes	-	9.440,00	9.147,12
Despesas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>462.480,56</b>	<b>493.483,93</b>	<b>661.719,29</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>885.847,42</b>	<b>1.507.380,33</b>	<b>1.959.571,91</b>

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	2013	2014	2015
<b>TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS</b>	446.980,28	523.612,97	632.637,59
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	446.980,28	523.612,97	632.637,59
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	446.980,28	523.612,97	632.637,59
Outros Aportes para o RPPS			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>1.690.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>2.050.000,00</b>
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>8.752.269,46</b>	<b>10.755.534,83</b>	<b>12.954.662,94</b>

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterà a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2015.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de : SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS  
 Exercício de 2017

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2020	1.864.094,19	1.595.507,81	268.586,38	4.874.934,68
2025	2.053.974,27	2.355.028,13	-	4.573.880,82
2030	2.172.649,32	2.829.728,33	-	3.916.801,81
2035	2.196.384,33	2.924.668,37	-	3.188.517,77
2040	2.058.850,18	2.103.387,52	-	3.143.980,43
2045	1.941.821,81	1.755.274,04	186.547,77	3.330.528,20
2050	1.854.793,44	1.407.160,56	447.632,88	5.459.894,74
2055	1.919.733,48	1.786.920,72	132.812,76	8.334.422,90
2060	2.036.761,85	2.135.034,20	-	11.470.717,49
2085	1.894.351,79	1.565.393,96	328.957,83	39.026.917,37

Fonte: Nota Técnica Atuarial elaborada por AUDITEC Data: 30/03/2016

*AS* *W*

Município de : SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO I - METAS FISCAIS

**MONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUAD  
 EXERCÍCIO DE 2017**

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2017
<b>Aumento Permanente da Receita</b>	<b>2.003.154,75</b>
Decorrente de Receitas Tributárias	174.635,07
Decorrente de Transferências Correntes	1.828.519,67
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(28.926,56)
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</b>	<b>1.974.228,19</b>
Redução Permanente de Despesa (II)	-
<b>Margem Bruta (III) = (I+II)</b>	<b>1.974.228,19</b>
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
<b>Novas DOCC</b>	<b>3.728.837,10</b>
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	2.500.981,97
Relativas a Outras Despesas Correntes	1.227.855,13
<b>Novas DOCC geradas por PPP</b>	-
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>	<b>SEM MARGEM</b>

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2017 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2016-2017.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2017, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2016-2017 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.